

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
-----------------	----

PRIMEIRA PARTE

PREMISSAS

Capítulo 1

A TUTELA JURISDICCIONAL DIFERENCIADA.....	27
1.1. A crise da Justiça e o conflito entre certeza e efetividade	27
1.2. A cognição judicial e seus cortes	30
1.3. A tutela jurisdiccional diferenciada.....	32
1.4. Da tutela cautelar à tutela antecipada satisfativa: da urgência à evidência	34
1.5. A sumarização sem urgência.....	41

Capítulo 2

OS PRECEDENTES JUDICIAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	45
2.1. A sistemática de precedentes no Código de Processo Civil	45
2.2. A evolução histórica do precedente: do Código de Processo Civil de 1973 ao Código de Processo Civil de 2015	48
2.3. O significado de precedente no direito processual brasileiro.....	55
2.4. Precedentes, jurisprudência e súmula: o art. 927 do Código de Processo Civil.....	56
2.5. A vinculação dos precedentes	67
2.6. <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i>	71

2.7. A aplicação de precedentes.....	75
2.8. As técnicas aceleratórias fundadas em precedentes	79

Capítulo 3

OS STANDARDS PROBATÓRIOS	85
3.1. Standards probatórios.....	85
3.2. Os diferentes standards probatórios.....	90
3.3. As variações de standard probatório	93
3.4. Standards probatórios no direito processual civil brasileiro	94
3.5. Standards probatórios e sua relevância para a discussão da tutela provisória em geral e a tutela da evidência em particular.....	97

SEGUNDA PARTE

TUTELA PROVISÓRIA FUNDADA EM PRECEDENTES

Capítulo 4

A TUTELA PROVISÓRIA DA EVIDÊNCIA.....	101
4.1. A efetividade processual e o fundamento constitucional da tutela provisória	101
4.2. A tutela provisória da evidência.....	105
4.3. A tutela provisória nos ordenamentos jurídicos estrangeiros	112
4.3.1. A França.....	113
4.3.1.1. As características do procedimento.....	118
4.3.1.2. As diversas modalidades de référé.....	120
4.3.1.3. O direito evidente nas tutelas sumárias	124
4.3.2. A Itália	127
4.3.2.1. Especificamente a condanna con riserva	136
4.3.3. A Inglaterra.....	145
4.4. A tutela da evidência e o direito posto: o art. 311 do Código de Processo Civil.....	150
4.4.1. Taxatividade do rol do art. 311 do Código de Processo Civil e tipicidade das hipóteses autorizadoras para concessão da tutela da evidência.....	155

4.5. Tutela da evidência satisfativa e conservativa	159
4.6. O objeto da tutela da evidência: questões principais e questões incidentais	165
4.7. A tutela diferenciada de direitos prováveis	169

Capítulo 5

A TUTELA DA EVIDÊNCIA FUNDADA EM PRECEDENTES.....	171
5.1. O precedente como elemento de aceleração processual.....	171
5.2. A racionalidade da tutela da evidência fundada em precedente: uma justificativa sistêmica.....	173
5.3. Os requisitos do art. 311, II do Código de Processo Civil.....	177
5.3.1. Dos eixos da tutela da evidência fundada em precedente	178
5.3.2. Eixo jurídico: os precedentes que justificam a tutela da evidência.	181
5.3.2.1. A existência de precedente pressupõe defesa frágil?	189
5.3.2.2. Análise da aplicabilidade dos precedentes ao caso concreto	191
5.3.3. Eixo fático-probatório: a prova das alegações de fato	193
5.3.3.1. Os meios de prova admitidos para comprovar a tutela da evidência.....	195
5.3.3.2. A prova documentada em procedimentos com limitação probatória.....	203
5.3.3.3. A prova das alegações de fato e a redistribuição ou inversão do ônus da prova.....	205
5.3.4. Reversibilidade da medida é um requisito para a tutela da evidência?	207
5.3.5. A prestação de caução em tutela da evidência	212
5.4. Possíveis linhas argumentativas contra a tutela da evidência	216
5.5. A atividade cognitiva do juiz na análise da tutela da evidência fundada em precedentes	219

Capítulo 6

ASPECTOS PROCESSUAIS DA TUTELA DA EVIDÊNCIA: INTER-RELAÇÃO COM DEMAIS FIGURAS PROCESSUAIS.....	223
6.1. É possível a concessão oficiosa da tutela da evidência?.....	223

6.2.	A legitimidade para requerer a tutela da evidência.....	229
6.2.1.	A legitimidade das partes em primeiro grau de jurisdição	229
6.2.2.	A legitimidade das partes na fase recursal	232
6.2.3.	A legitimidade de terceiros para requerer tutela provisória	233
6.3.	A responsabilidade civil pela revogação da tutela provisória.....	245
6.4.	Tutela da evidência antecedente.....	246
6.5.	A tutela da evidência e o negócio jurídico processual.....	248
6.6.	A concessão de tutelas provisórias contra o Poder Público	254
6.7.	Tutela da evidência fora do procedimento comum.....	262
6.7.1.	Execução de título extrajudicial e cumprimento de sentença	263
6.7.1.1.	Especificamente em relação ao efeito suspensivo dos embargos à execução e da impugnação ao cumprimento de sentença	266
6.7.2.	Mandado de segurança.....	269
6.7.3.	Reclamação.....	272
6.7.4.	Demais remédios constitucionais.....	275
6.7.5.	Arbitragem	277

Capítulo 7

A TUTELA DA EVIDÊNCIA AO LONGO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO	281
7.1. Momentos para concessão da tutela da evidência	281
7.2. A liminar na tutela da evidência	281
7.3. A concessão ao longo da fase de conhecimento	284
7.4. A concessão na fase recursal	287
7.4.1. A tutela da evidência nos recursos em espécie	294
7.4.2. A tutela da evidência e a remessa necessária	302

Capítulo 8

A TUTELA DE URGÊNCIA FUNDADA EM PRECEDENTES.....	305
8.1. O caráter subsidiário da tutela de urgência.....	305
8.2. O objeto da tutela de urgência fundada em precedente	308
8.3. Os requisitos para a tutela de urgência fundada em precedente.....	309

8.4. A fungibilidade entre tutelas provisórias.....	311
8.5. A decisão do juiz	318
8.6. Uma tentativa de sistematização das tutelas provisórias fundadas em precedentes.....	319
CONCLUSÕES	321
REFERÊNCIAS	335